

Ajuda Memória - Acompanhamento Progestão nº 9/2018/COAPP/SAS

Documento nº 00000.015685/2018-26

Assunto: 4ª Oficina de Planejamento e Acompanhamento do Progestão no estado da Bahia
Nº do Processo Progestão: 02501.000329/2014

Evento: <input checked="" type="checkbox"/> Oficina de acompanhamento <input type="checkbox"/> Reunião <input type="checkbox"/> Videoconferência
Local: Sede do INEMA Cidade: Salvador - BA
Data: 29 e 30 de agosto de 2017
Instituições participantes: ANA, INEMA e membros do CONERH-BA

Relato

1. A 4ª Oficina de acompanhamento das metas do Progestão no estado da Bahia, no ano de 2017, foi realizada em 19 e 30 de agosto na sede do INEMA, conforme pauta anexa. O evento contou com a participação de diversos técnicos do INEMA, além de membros do CONERH e da gestora ANA do contrato, Tânia Dias Silva, conforme lista de presença anexa.
2. A oficina teve início com o Diretor da DIRAG, Eduardo Topázio, que deu boas vindas a todos os presentes e fez considerações pertinentes à gestão de recursos hídricos do INEMA no estado.
3. A técnica da ANA cumprimentou os presentes e deu continuidade à oficina apresentando a Nota Técnica que registrou a certificação do ano de 2016, parabenizando a toda a equipe técnica da Bahia por ter conseguido 100% de aprovação nas metas pactuadas, recebendo assim o valor total previsto no âmbito do contrato do Progestao de R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais). Acrescentou que, em 2016, a Bahia foi o único estado do país a receber integralmente os recursos previstos. Em seguida, fez um breve resumo sobre a avaliação do período anterior. Posteriormente, foram debatidos o cumprimento das metas de cooperação federativa e os principais desafios para atender a certificação de 2017. Foram feitas diversas indagações e ponderações da equipe técnica do INEMA, com base nos Informes Progestão, sobre o cumprimento das metas.
4. Na sequência, o representante do INEMA, interlocutor do Contrato do Progestão na Bahia, Antonio Menezes (DIRAG/CORHI), também deu boas vindas a todos e tratou do tema da oficina, dando total apoio aos técnicos do INEMA e à técnica da ANA, durante os dois dias de oficina.
5. Durante a realização da oficina cabe registrar:
 - O servidor Jeferson Lima (COTIC) fez considerações pertinentes aos sistemas do INEMA, a exemplo do SEIA relacionados às redes de monitoramento e águas subterrâneas, além da necessidade de aprimoramento de sistemas CNARH relacionado com as águas subterrâneas.
 - O Diretor da DIRAG, Eduardo Topázio fez proposta de criação de grupo de trabalho relacionado às águas subterrâneas.
 - As servidoras Rosane Aquino e Adma Elba da COMON fizeram considerações pertinentes às atividades de monitoramento e gestão de eventos críticos, sendo ambos alvos de atendimento das metas estaduais e de cooperação federativa.

6. Em relação às variáveis estaduais, cabe pontuar que são consideradas desafios: a elaboração do planejamento estratégico institucional (2.3); a conclusão dos planos de bacia (2.5); a conclusão e integração dos diversos sistemas de suporte à decisão em funcionamento no INEMA (2.8); o pleno funcionamento do FHERBA (4.7); além de dar continuidade e ampliar os programas e projetos de revitalização de bacias no estado (4.8).

7. Cabe esclarecer que, para avaliação e análise de cada meta e variável estadual, foi adotada nesta oficina a metodologia de agendamento prévio, com horário específico para cada coordenação, com objetivo de agrupar todas as metas sob a responsabilidade de atendimento de determinada coordenação. Esta metodologia possibilitou melhorar a discussão sobre cada tema e dar maior celeridade no preenchimento da planilha de acompanhamento do Programa. O atendimento ao agendamento prévio de cada coordenação ocorreu de forma satisfatória no final da manhã do dia 29/08/2017, se estendendo no período da tarde deste mesmo dia e pela manhã do dia 30/08/2017.

8. Ressalta-se que foram levantados e debatidos diversos pontos relativos ao atendimento das metas de cooperação federativa e estaduais. Todos os aspectos discutidos, incluindo as propostas de aperfeiçoamento das metas, foram registrados na planilha de acompanhamento, anexa a esta memória.

Conclusões

9. A 4ª Oficina de Planejamento e Acompanhamento do Progestão na Bahia cumpriu a programação proposta, atingindo o objetivo de planejamento das ações que deverão ser realizadas para atender ao cumprimento das metas de cooperação federativas e estaduais em 2017, último ano do primeiro ciclo do programa.

10. Registra-se que a equipe do INEMA informou sobre a utilização dos recursos do Progestão, que vem sendo destinados à elaboração dos planos de recursos hídricos de bacias do estado

11. O desafio para o ano de 2017 permanece sendo o pleno funcionamento do Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos – SEIA, unificando os bancos de dados para emissão de outorgas. O INEMA está em processo de reestruturação e aguarda a aprovação do seu Regimento Interno.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
TÂNIA REGINA DIAS DA SILVA
Gestora do Contrato nº 033/ANA/2014
Portaria ANA nº 348, de 05 de outubro de 2015

De acordo. À SAS para conhecimento.

(assinado eletronicamente)
LUDMILA ALVES RODRIGUES
Coordenadora de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente, para anexar ao processo.

(assinado eletronicamente)
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Progestão
Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas

4ª Oficina de Planejamento e Acompanhamento do Progestão – Bahia

Data: 29 e 30 /08/2017

Horário: 1º dia 9h00 às 17h00 e 2º dia 9h00 às 12h00

Local: Sala de reunião da DIREG, 4º andar, INEMA, situado na Avenida Ulysses Guimarães, 600 - CAB, Salvador - BA.

Participantes: Coordenadores e Técnicos do INEMA e demais profissionais envolvidos com ações relacionadas ao cumprimento das metas federativas e estaduais no âmbito do Progestão –BA.

Objetivos:

- ✓ Planejar e acompanhar as ações que deverão ser realizadas para atender o cumprimento das metas federativas e estaduais no ano de 2016;
- ✓ Identificar dificuldades e propor alternativas para atender as metas federativas e estaduais pactuadas.

Programação:

- ✓ Realizar análise crítica das variáveis pactuadas no quadro de metas;
- ✓ Propor as ações necessárias para o cumprimento das metas pactuadas.

Metas de Cooperação Federativa

Análise de cada variável e seus níveis – realizar uma análise crítica de cada variável prevista no Quadro de Metas, identificando os principais pontos críticos.

Metas Estaduais

Avaliação das variáveis, por metas estaduais, para facilitar a autoavaliação e a certificação.

Execução dos recursos do Progestão – identificar os principais problemas para a utilização dos recursos, dos resultados esperados e executados.

TEMA DO EVENTO: 4ª Oficina de Planejamento do Progestão - Bahia

LOCAL: Sala de Reunião DIREG

DATA: 29 de agosto de 2017

HORÁRIO: 09h00 às 12h00

Nº	NOME POR EXTENSO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
1	Lígia de Almeida Avelar	INEMA	3118-4546	ligia.almeida@inema.ba.gov.br
2	Jesserson Lima da Silva	CSIC/DIRAF	3118-4545	jesserson.lima@inema.ba.gov.br
3	Maria Quitéria Castro	DIRAG/INEMA	3118-4102	quiteria.diveira@inema.ba.gov.br
4	EDUARDO FARIAS TOPAZIO	DIRAG/INEMA	3118-4101	eduardo.topazio@inema.ba.gov.br
5	Adriano T. Elieche	DIFIM/COMON	3118-4312	adriano.elieche@inema.ba.gov.br
6	ROSANE F. AQUINO	DIFIM/COMON	3118-4152	ROSANE.AQUINO@INEMA.BA.GOV.BR
7	Rosi Georg. dos Stos. Silva	DIRAG/CORHI	3118-4102	georg.silva@inema.ba.gov.br
8	ADRIANO NASCIMENTO MASCARENHAS	GEI/COFIE/DIRAF	3118-4572	adriano.mascarenhas@inema.ba.gov.br
9	Gisele Oliveira Mota da Silva	DIREF/NOV	8-4265	gisele.silva@inema.ba.gov.br
10	Stenio de F. Nascimento	COFES/DIREG	8-2191	stenio.nascimento@inema.ba.gov.br
11	Bianca Saitou da Silva Gagliano	MMI/COMON	3118-4157	bianca.gagliano@inema.ba.gov.br
12	Bruno Jardim da Silva	DIRAG/CORHI	3118-4102	bruno.jardim@inema.ba.gov.br
13	Ailton dos Santos Junior	DIFIM/COMON	3118-4155	aiton.junior@inema.ba.gov.br
14	ANTONIO PEREIRA MENEZES	DIRAG/CORHI	3118-4149	antonio.pereira.menezes@inema.ba.gov.br
15	Tania Regina da Silva	ANA	(61) 91095319	tania.dos.Santos.gov.br
16				
17				
18				
19				
20				

TEMA DO EVENTO: 4ª Oficina de Planejamento do Progestão - Bahia

LOCAL: Sala de Reunião DIREG

DATA: 29 de agosto de 2017

HORÁRIO: 14h00 às 17h00

Nº	NOME POR EXTENSO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
1	ADRIANO NASCIMENTO MASCARENHAS	COTIC/DIAPF	3118-4572	adriano.mascarenhas@inema.ba.gov.br
2	Jefferson Lima	COTIC/DIAPF	3118-4545	jefferson.lima@inema.ba.gov.br
3	Rosé George dos Santos Silva	ENRAG/CORHI	3118-4102	rosageorge.silva@inema.ba.gov.br
4	RITA CÔRTEZ	INEMA/COBEC	(71) 3118-4406	rita.cortez@inema.ba.gov.br
5	João Paulo S. Pereira	SEMA/DIPRO	3115-9293	joao.paulo@sema.ba.gov.br
6	Regina de Almeida Avelar	COTIC/INEMA	3118-4546	regina.almeida@inema.ba.gov.br
7	Ailton dos Santos Junior	COMON/DIFIM	3118 4555	aiton.junior@inema.ba.gov.br
8	Adino T. Elbecho	COMON/DIFIM	3118-4312	adino.elbecho@inema.ba.gov.br
9	Guilherme de A. Nascimento	INEMA/COBEC	3118-2191	guilherme.nascimento@inema.ba.gov.br
10	Homatar Vieira Gomealves	INEMA/COBEC	3118-4194	homatar.gomealves@inema.ba.gov.br
11	MIGUEL CALMON DA SILVA NETO	DEI/DIR/COBEC	3118-4425	miguel.calmon@inema.ba.gov.br
12	Wilma S. Nascimento	ASCOM	3118-4223	wilma.nascimento@inema.ba.gov.br
13	Luís Reis	ASCOM	3118-4222	luis.reis@inema.ba.gov.br
14	ANTONIO PEREIRA MENEZES	DIAPG/CORHI	3118 4149	antonio.pereira.menezes@inema.ba.gov.br
15				
16				
17				
18				
19				
20				

TEMA DO EVENTO: 4ª Oficina de Planejamento do Progestão - Bahia

LOCAL: Sala de Reunião DIRAG

DATA: 30 de agosto de 2017

HORÁRIO: 09h00 às 12h00

Nº	NOME POR EXTENSO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
1	Gisele Oliveira Neta da Silva	NOVOT	8-4265	gisele.silva@inema.ba.gov.br
2	Maria Quitéria Castro	DIRAG	8-4103	quiteria.oliveira@inema.ba.gov.br
3	RITA Góes	INEMA/COLEC ^(M)	3118-4406	rita.caudero@inema.ba.gov.br
4	Rob Roy Silva Pontes	INEMA - CODIS	3118 4251	Rob.Pontes@inema.gov.BA.BR
5	George Seng. dos Silva	DIRAG/KORHI	3118-4102	george.silva@inema.ba.gov.br
6	SAMIR SOUZA FELIPE	SEMA/SECEX		SAMIR.FELIPE@SEMA.BA.GOV.BR
7	Maria do Carmo Nunes Terezi	INEMA/DIRAG	31184445	maria.carmo@inema.ba.gov.br
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				

BAHIA / INEMA

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA		Tipologia: C			4a OFICINA DE PLANEJAMENTO		DATA: 29 e 30/08/2017		ANO 5: 2017	
ID	Variáveis	Descrição da Variável	Ponto Focal/ANA	Instituição/Unidade Responsável no Estado	Status da meta	Ações necessárias para o cumprimento da meta	Custo estimado (R\$) / Fonte de recursos	Prazo		
1.1	Integração das bases cadastrais	Dados de usuários de recursos hídricos disponibilizados no CNARH	Raquel e Mauricio/ SFI	INEMA / COGEC Rita Goes, Juliana Araujo, Joana Barreto	Desenvolvido o módulo CERH no ambiente SEIA, faltando barragem e intervenções, com previsão de entrada na 1ª quinzena de set/2017. Inserção de 6 mil cadastros gerados nas RPGAs Paraguaçu e RNI, sendo 1.965 processos originários dos sistemas legados do INEMA (BDRH e Prohidros) e outros físicos/dispersos nos vários sistemas do INEMA e não digitalizados - Contrato nº 03/2017-PDA. Inserção no CERH de 5.600 cadastros gerados na RPGA Verde Jacaré - Contrato nº 014/2017 - SWAP. Portarias emitidas em DOE estão sendo inseridas no CNARH diariamente. Faltam informações sobre poços dos processos de dispensas de outorgas e processos antigos, exceto da RPGA RNI e Paraguaçu. Em 2018 previsão para a integração entre CERH e CNARH. Para ampliar o banco de dados do CRH incluindo as demais bacias é necessário a disponibilização de mais recursos (contingenciamento financeiro).	Reforço de mais 2 técnicos para a equipe da COGEC e buscar outras fontes de recursos financeiros, além do PDA e SWAP.	R\$ 2 milhões previstos para execução do cadastro. Faltam recursos para integração dos sistemas (estimativa da DIPRO/SEMA) / Progestão e INEMA	31.01.2018		
1.2	Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas	Informações disponibilizadas para o SNIRH	Leticia e Márcia/ SIP	INEMA / COGEC / NOUT - Rita Goes	Idem anterior.	Idem anterior.	Idem anterior.	31.01.2018		
1.3	Contribuição para difusão do conhecimento	Dados para o relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos"	Alexandre Lima/SPR	INEMA / DIRAG / CORHI - Geroge e Antonio	Existência de vários sistemas com informações pulverizadas sobre recursos hídricos, contudo a disponibilização de informações ocorre em tempo hábil.	Intensificar o processo de unificação dos sistemas e de integração das áreas.	Custo elevado (sem estimativa) / INEMA	31.10.2017		
1.4	Prevenção de eventos hidrológicos críticos	Manual Operativo da Sala de Situação elaborado, boletins gerados e manutenção corretiva da rede telemétrica realizada	Fabício/ SGH e Alessandra /SOE	INEMA/DIFIN/ COMON - Topazio, Adma e Rosane	Dificuldade na manutenção corretiva das estações (PCDs) e problemas na aquisição de peças. Dificuldade na logística para viagem de campo para realização das manutenções. Falta capacitação das equipes de manutenção do INEMA. Equipe reduzida.	Fornecimento de peças de reposição em tempo hábil por parte da ANA. Necessidade de capacitação da equipe do INEMA com apoio da ANA. Necessidade de mais 3 notebooks para realização do serviço. Informar a equipe de avaliação da ANA sobre as PCDs que precisam de manutenção por falta de peças que deveriam ser fornecidas pela ANA.	Progestão e INEMA	Dezembro de 2017		
1.5	Atuação para segurança de barragens	Cadastro e classificação das barragens de domínio estadual	Fernanda Laus / SRE	INEMA / DIRAG / COSEB - Maria Quitéria	A regularização das outorgas de construção e licenças ambientais depende da ação de outros setores do INEMA os quais são responsáveis pela emissão dos atos autorizativos ou seja NOUT e COINS, ambos vinculados à Diretoria de Regulação (DIRRE). Em relação à publicação das Portarias que regulamentam a Lei Federal 12.334/2010, depende de articulação com a PROJUR para priorização da análise e andamento do processo. A classificação das barragens quanto ao Dano Potencial depende da aquisição do software ARCGIS para cálculo da mancha de inundação. O processo de aquisição do ARCGIS foi aberto e encontra-se em fase final de aquisição. Para cumprimento da meta no período anterior foi utilizada a licença do ARCGIS de outro setor.	(1) Aquisição do software ARCGIS. (2) Articulação com a diretoria de regulação para cumprimento da meta de regularização das barragens (Licença Ambiental e Outorgas de Construção). (3) Articulação com a PROJUR para priorização na Análise dos Regulamentos da PNSB (Lei 12334/2010).	R\$ 40 mil / Progestão e INEMA	31.03.2018		

BAHIA / INEMA

METAS ESTADUAIS											
		TIPOLOGIA C			OFICINA DE PLANEJAMENTO DATA: 29 e 30/08/2017		32 VARIÁVEIS SELECIONADAS			ANO 5: 2017	
METAS	ID	VARIÁVEIS	META	AUTO-AVALIAÇÃO 2016	DESAFIO?	SITUAÇÃO / PRINCIPAIS PROBLEMAS E DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	OBSERVAÇÕES	RESPONSÁVEIS	PRAZO	CUSTO ESTIMADO (R\$) / FONTE DE RECURSOS
Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social	1.1	<u>Organização institucional do Modelo de Gestão</u>	4	4	NAO	A situação se mantém, ou seja a estrutura do órgão gestor dificulta a operacionalização da gestão de recursos hídricos de modo integrado. Quando da junção do IMA e do INGA para o INEMA a cultura do órgão ficou centralizada na gestão de Meio Ambiente ficando a gestão de Recursos Hídricos dispersa em diferentes diretoria e com pouco foco. Há superposição de competência entre a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) e a Secretaria de Infraestrutura Hídrica(SIHS).	A comissão prevista não foi criada por falta de priorização e demandas de curto prazo em detrimento da ação de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos, a exemplo: Seca e Incêndios Florestais. É necessário repensar estratégia que possibilite os diversos atores que interagem no sistema de gestão de recursos hídricos.	Esta é uma ação que possui tomada de decisão política institucional, por isto envolve outras estruturas de governo além da SEMA e do Inema, havendo uma capacidade relativa de resolução da situação apenas com estes entes citados.	Bruno Jardim e Topázio		Sem previsão / INEMA
	1.2	<u>Organismo(s) Coordenador/Gestor</u>	4	4	NAO	Problema de contingenciamento financeiro do Estado, necessidade de ampliação do corpo técnico das instituições e necessidade de definições de atribuições.	Complementar a integração dos sistemas de informação do órgão; necessidade de promover novo concurso publico; necessidade de instituir o regimento do órgão e alterar sua estrutura organizacional de modo a poder tornar mais efetiva e menos dispersa a gestão de recursos hídricos e ambiental.	Nesta ação é necessário envolver o corpo técnico da Sema e do Inema e sobretudo os tomadores de decisão, a alta cúpula da secretaria e do órgão gestor.	Topázio (DIRAG), Daniela Teixeira (DIRAF)	Contínuo	sem estimativa / INEMA
	1.3	Gestão de Processos	2	2	NAO	Necessidade de continuar a organização e a atualização dos normativos legais para embasar as análises técnicas de outorga: definição de fluxos e procedimentos para a cobrança, fiscalização (Elaboração do manual de fiscalização contendo procedimento, fluxo e check list para atendimento de demanda de fiscalização de recursos hídricos), cadastro de usuários e monitoramentos dos recursos hídricos.	Manter a padronização, aprimoramento e criação de fluxos e procedimentos das atividades do órgão para temas específicos, sendo que alguns envolvem, por questões legais, os comitês e o CONERH, bem como definição de entendimentos jurídicos para sua definição, por exemplo, criação de procedimentos de outorga para aproveitamento hidroelétrico (Ex: DRDH)	Nesta ação é necessário envolver o corpo técnico do Inema, em especial a Coordenação de Ações Estratégicas (COAES), responsável pela organização e estruturação administrativa dos processos normativos e de procedimento do órgão, além dos organismos colegiados do sistema de recursos hídricos, Comitês e o Conselho.	Gisele (NOUT), Rita (COGEC), Ailton (COMON), Monica (COCAG), Miguel (COFIS), Lillian (COAES)	Dez/2017	Sem estimativa / INEMA
	1.4	Arcabouço Legal	4	4	NAO	Existe um arcabouço legal estabelecido por leis, decretos estaduais, resoluções do CONERH, portarias e instruções normativas do órgão executor, mas que necessitam serem organizadas e revistas com vistas a aperfeiçoar os instrumentos já implantados. Existe necessidade de publicar novos regulamentos, normas administrativas internas para operacionalizar os instrumentos de gestão já implementados e instituir a cobrança pelo uso de recursos hídricos.	Organizar, atualizar e criar os normativos legais dos instrumentos da política de recursos hídricos. O CONERH já está realizando uma revisão de todos as suas resoluções. A SEMA e o Inema estão propondo alterações na Lei da Política Estadual de Recursos Hídricos.		Topázio (DIRAG), Leonardo (DIRRE) e Lucia de Fátima (DIFIM)		Sem estimativa / INEMA
	1.5	<u>Conselho Estadual de Recursos Hídricos</u>	4	4	NAO	O conselho está atuante. Atualmente, as câmaras técnicas estão desenvolvendo a agenda de trabalho com foco em ações para implantação e normalização dos instrumentos de gestão. Entre eles, a aprovação do enquadramento dos corpos de água das bacias hidrográficas, a implantação da cobrança, os procedimentos de emissão de outorgas, a implantação das agências de bacias, acompanhamento do Progestão e revisão da divisão hidrográfica do Estado.	Maior integração do conselho com o órgão gestor e o executor; capacitação dos conselheiros em gestão de recursos hídricos envolvendo as ações do Progestão.	O custo estimado leva em consideração a quantidade de reuniões de câmaras técnicas e de reuniões plenárias do conselho, uma vez que cabe à SEMA no papel de Secretaria Executiva viabilizar a realização das mesmas, bem como o custeio da participação da Sociedade Civil.	Mariana Mascarenhas e Samir (SEMA), Antonio e George (INEMA)	Dez/2017	Até dez/17 aproximadamente 30 mil reais considerando reuniões de câmaras técnicas e ordinárias do CONERH / SEMA
	1.6	<u>Comitês de Bacias e Organismos Colegiados</u>	3	3	NAO	Foram realizados processos eleitorais para a renovação de 12 dos 14 comitês de bacia hidrográfica em 2016, sendo que 2 deles serão renovados até o final de 2017. São eles CBH Itapicuru e CBH Verde Jacaré. Os comitês foram contemplados com um kit para estruturação dos CBHs, a ser disponibilizado pela SEMA. Ainda em 2017 será implantado o programa Procomitês da ANA para o fortalecimento dos comitês de bacia hidrográfica. Estão em fase final 3 planos de bacia do CBH Salitre, CBH Paso e CBH Verde e Jacaré, que acompanham e avaliam os produtos dos planos por meio de suas camaras técnicas. Há informalidade de alguns comitês nas tratativas administrativas com o INEMA. Necessidade de intensificar a capacitação contínua dos membros dos CBHs.	Adequação no calendário com duas reuniões semestrais e acompanhar os comitês de bacias para a elaboração do plano e capacitação para os novos membros, instituição da cobrança e criação de suas agências de bacia. Promover capacitação dos integrantes dos CBHs.	O kit de estruturação é composto de espaço físico e material para escritório (mobiliário e material de consumo).	Rob Roy (CODIS)	Dez/2017	R\$ 150 mil / INEMA

BAHIA / INEMA

METAS ESTADUAIS											
TIPOLOGIA C			OFICINA DE PLANEJAMENTO DATA: 29 e 30/08/2017			32 VARIÁVEIS SELECIONADAS			ANO 5: 2017		
METAS	ID	VARIÁVEIS	META	AUTO-AVALIAÇÃO 2016	DESAFIO?	SITUAÇÃO / PRINCIPAIS PROBLEMAS E DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	OBSERVAÇÕES	RESPONSÁVEIS	PRAZO	CUSTO ESTIMADO (R\$) / FONTE DE RECURSOS
	1.7	Agências de Água e Entidades Delegatárias	2	2	NÃO	Discussão da implementação da cobrança nas RPGAs do RNI e Paraguaçu na região do Atlântico Leste, e nas RPGA dos rios Verde Jacare na Bacia do São Francisco, envolvendo os Comitês nesta discussão com necessidade de definir a normalização por parte do CONERH para instituir a cobrança.	Instituída as câmaras técnicas nos Comitês do CBH Recôncavo Norte e Inhambupe - RNI e Paraguaçu para discussão e construção da proposta da cobrança, bem como no CONERH. Definição pelo estado que precisa ser ratificada pelos Comitês e pelo Conselho, para a existência de 2 Agências no estado, uma responsável pelas bacias da região hidrográfica do São Francisco e outra pelas bacias da região hidrográfica do Atlântico Leste.	Esta ação precisa do envolvimento de todo o sistema estadual de recursos hídricos.	Bruno Jardim (CORHI/INEMA), Rob Roy (CODIS/INEMA) e Elba Alves (SEMA)	Dez/2017	Sem estimativa / INEMA e SEMA
	1.8	Comunicação Social e Difusão	3	3	NÃO	As informações no site do INEMA sobre a gestão RH (ex: cadastro de perfuradores de poços, outorgados e outorgas concedidas) se mantém atualizado. Passou-se a realizar a divulgação das ações desenvolvidas pelas áreas, conforme demanda. Foi aprimorado a interlocução entre a assessoria e as diretorias finalísticas do Inema, que possibilitaram o avanço das ações estratégicas e pontuais de comunicação, necessárias para a manutenção da imagem pública do sistema hídrico e de meio ambiente do Estado. Permanecem os problemas de ordem orçamentária que dificultam a realização de campanhas mais massivas de comunicação, bem como a confecção de material gráfico de uso contínuo para campanhas interna e externa. Melhoria na interlocução com os CBHs, a cobertura das reuniões, processos de renovação dos membros dos CBHs.	Disponibilização de paulas diárias, mensais ou semanais sobre ações voltadas para gestão de recursos hídricos para envio à ASCOM. Manter um fluxo de diálogo permanente de modo que possamos estabelecer parcerias e coberturas das ações. Verificar demandas das áreas finalísticas que precisam ser divulgadas para constarem nos canais de comunicação do órgão, como no site.		Wílma e Andre (ASCOM)	Ações contínuas	Inema e Progestão
	1.9	Capacitação Setorial	3	3	NÃO	Encaminhado para DEAMA/SEMA o levantamento interno do INEMA para as demandas de capacitação na área de RH mas até a presente data o plano de capacitação não foi apresentado pela DEAMA/SEMA.	Oficializar junto à DEAMA/SEMA a solicitação do plano de capacitação e agendar reunião para a discussão do referido plano. Incluir os agentes voluntários de água no plano de capacitação.	Necessidade do Inema estabelecer um diálogo próximo com a área que trata do Plano de Capacitação dos integrantes do Sistema.	Kitty (SEMA) e Maria do Carmo (INEMA)	Dez/2017	Sem estimativa
	1.10	Articulação com setores usuários e transversais	2	3	NÃO	Existe uma articulação com os setores de usuários por meio de associações de usuários e conselhos de fomento para repasse de informações relacionadas a questões de monitoramento de recursos hídricos, não se restringindo ao âmbito dos colegidos (CBHs e CONERH).	Fomentar a articulação com outros setores de usuários visando parceria nas ações de gestão de recursos hídricos.		Topázio e Bruno	Contínuo	Sem estimativa
	Total de variáveis avaliadas		9								
Variáveis de Planejamento	2.1	Balanco hídrico	3	3	NÃO	O Estado possui o balanço hídrico proveniente do PERH de 2004 com revisão de 2011, estando algumas bacias necessitando de revisão, sobretudo aquelas com forte dependência das águas subterrâneas, por questões da base de informação deficiente, bem como aquelas com forte demanda hídrica. Atualmente os estudos de balanços hídricos estão contemplados nos planos das bacias hidrográficas dos rios Verde e Jacare, Paramirim e Santo Onofre e Salitre, já analisados e aprovados.	Revisar o balanço hídrico RNI e Paraguaçu.		Topázio e Bruno	Abr/2018	R\$ 3,5 mi / Banco Mundial e BIRD
	2.2	Divisão Hidrográfica	3	3	NÃO	Definida pelo órgão gestor e aprovada pelo CONERH em 2008, com pequenas alterações, ocorrida em 2012. Atualmente, pensa-se em avançar na proposta para revisão nas divisões de RPGAs, com o intuito de melhorar a gestão dos recursos hídricos em áreas específicas do Estado. Já encontra-se no CONERH proposta para revisão da divisão hidrográfica.	Já foi construída uma nova proposta de regionalização para o Estado. Iniciado o debate do tema com os CBHs e o CONERH.		Topázio e George (INEMA) e Larissa (SEMA)	Jul/2018	Sem estimativa
	2.3	Planejamento estratégico institucional	3	2	SIM	O INEMA não possui planejamento estratégico. O Instituto foi criado através da Lei nº 12.212 de 04 de maio de 2011, promovendo a integração do Sistema de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia. Atualmente, o INEMA está em processo de reestruturação, aguardando a aprovação e publicação do seu regimento interno, impedindo avançar nas discussões de um planejamento estratégico. Vale ressaltar que, antes da integração dos instrumentos de controle ambiental, os extintos órgãos gestores do meio ambiente e de recursos hídricos possuíam planejamento estratégico estabelecido.	Articular junto à diretoria geral a aprovação e publicação do regimento interno, para posterior elaboração do planejamento estratégico do INEMA.	Ação a ser realizada pela DIREG e Diretorias de Áreas.	Topázio (DIRAG), Lilian e Sheila (COAES)	Dez/2018	Sem estimativa

BAHIA / INEMA

METAS ESTADUAIS											
TIPOLOGIA C			OFICINA DE PLANEJAMENTO DATA: 29 e 30/08/2017			32 VARIÁVEIS SELECIONADAS			ANO 5: 2017		
METAS	ID	VARIÁVEIS	META	AUTO-AVALIAÇÃO 2016	DESAFIO?	SITUAÇÃO / PRINCIPAIS PROBLEMAS E DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	OBSERVAÇÕES	RESPONSÁVEIS	PRAZO	CUSTO ESTIMADO (R\$) / FONTE DE RECURSOS
	2.4	<u>Plano Estadual de Recursos Hídricos</u>	4	4	NAO	O Plano Estadual de Recursos Hídricos foi aprovado pelo CONERH, através da Resolução nº 01/2005, já tendo sido atualizado o balanço hídrico superficial. Existe dificuldade de aplicação do plano pelos gestores públicos, devido a não participação da sociedade na construção do PERH-BA, não resultando em um empoderamento dos diversos setores do Estado. Necessidade de revisão do Plano.	Revisão do Plano, com ampla participação social, além da articulação com outros instrumentos de planejamento do Estado, a exemplo do Zoneamento Ecológico Econômico.	Esta ação está sobre responsabilidade da SEMA, o Inema irá acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, mas não será responsável pela coordenação.	Topázio (INEMA) e Aderbal (SEMA)	Dez/2018	R\$ 3,5 mi / Buscar recursos externos
	2.5	Planos de Bacia	2	1	SIM	Atualmente, os planos de bacias estão em fase de finalização e posterior deliberação em plenária dos CBHs Verde e Jacaré, Paramirim e Santo Onofre e Sallitre.	Concluir a elaboração dos 3 planos contratados.		Topázio e Bruno	Set/2017	R\$ 13 mi / Banco Mundial
	2.6	Enquadramento	2	2	NAO	Enquadramentos contratados junto com os Planos de Bacias estão em fase de finalização e posterior deliberação em plenária: propostas de enquadramento das bacias hidrográficas do Verde e Jacaré, Paramirim e Santo Onofre e Sallitre, as quais serão remetidas ao CONERH para deliberação. Em casos especiais de algumas outorgas de lançamento de efluentes, o órgão gestor utiliza do enquadramento transitório dos rios para esta finalidade, conforme descrito na Resolução 91/09 do CNRH.	Concluir a elaboração dos 3 enquadramentos contratados em conjunto com os planos.		Topázio e Bruno	Set/2017	R\$ 13 mi / Banco Mundial
	2.7	Estudos especiais de gestão	3	3	NAO	Mantidos os estudos relacionados: O Estado possui estudos para áreas específicas com problemas de gestão, a saber: estudos relacionados com disponibilidade hídrica do Baixo rio Sallitre; estudo sobre o aquífero Uruçuaia em conjunto com a ANA; estudo piloto sobre a viabilidade da cobrança para as bacias hidrográficas do Reconcavo Norte e Inhambupe e Paraguaçu; estudo sobre Priorização de Enquadramento de Corpos de Água; estudo do aquífero cárstico e fissurocárstico da Bahia e Minas Gerais feito pela ANA; Plano de Revitalização do Rio Cachoeira; Nascentes do Paraguaçu; Planos de Ação Estratégica - PAE das Bacias Hidrográficas do Paraguaçu e RNI.	Dar continuidade e ampliar os estudos, a exemplo dos Planos de Ações estratégicas para o Reconcavo Norte e Inhambupe e o rio Paraguaçu.		Topázio, Bruno, Maria do Carmo e George	Contínuo	R\$ 3 mil / NEMA, Banco Interamericano e Petrobrás
	2.8	Modelos e Sistema de Suporte à Decisão	3	2	SIM	Existem diversos sistemas em funcionamento, mas os mesmos não estão integrados. Cada instrumento de gestão tem seu sistema próprio. Foi desenvolvido parcialmente o módulo de cadastro estadual de usuários de recursos hídricos no SEIA, contudo o mesmo ainda não está integrado ao módulo de Outorga. A integração com o CNARH40 ainda está sendo feita manualmente. Existem algumas iniciativas de desenvolvimento de Sistema de Suporte à Decisão, entretanto, estas ferramentas ainda não estão integradas às rotinas gerenciais da Instituição, por estarem sendo finalizadas ou recém-construídas. A seguir, a relação de Sistemas de Suporte à Decisão no INEMA: 1. Novo Geobahia - Sistema de Informações georreferenciadas que contará com relatórios gerenciais através do cruzamento de dados e informações geoespaciais gerados nos sistemas técnicos do Instituto; 2. Ferramenta de Avaliação Ambiental Integrada - Sistema de integração de informações georreferenciadas associada a conceitos de Business Intelligence - BI de diversas bases de dados de maneira a operacionalizar a Avaliação Ambiental Integrada, apoiando técnicos na identificação de potenciais conflitos ambientais, impactos cumulativos e impactos sinérgicos, bem como, na avaliação ambiental sobre os diversos temas da gestão ambiental e de recursos hídricos. 3. Módulo de Análise Preliminar (MAP) - Sistema de informações georreferenciadas que tem como objetivo permitir ao usuário a avaliação locacional de um determinado empreendimento ou atividade com base nos aspectos ambientais da área em análise, incluindo dados sobre vulnerabilidade hídrica superficial e subterrânea. O sistema possuirá uma ferramenta de alerta hídrico, que emitirá alertas ao usuário sobre dados qualitativos e quantitativos da área em estudo.	1. Finalização do Novo Geobahia; 2. Finalização da Ferramenta de Avaliação Ambiental Integrada; 3. Aprimoramento do Módulo de Análise Preliminar (MAP) do GeoBahia.	1. O Novo Geobahia está sendo desenvolvido com equipe interna, o custo não foi mensurado.	Fabiola Andrade (Inema), Felipe Humberto (SEMA)	1. dez/2017 2. mar/2017 3. Versão 1 concluída e V2 em out/2017	1. Não estimado; 2. R\$ 253.000,00 3. R\$ 1.600.000,00 / INEMA e SEMA
	Total de variáveis avaliadas		7								
Variáveis de Informação e Suporte	3.1	<u>Base cartográfica</u>	3	4	NAO	O núcleo de Geoprocessamento é responsável pelo tratamento e organização de bases cartográficas específicas para recursos hídricos. A base cartográfica é resultante de um trabalho de digitalização de cartas topográficas dos anos de 1976 a 1980 na escala 1:100.000. Esta base primeiramente passou por um trabalho de edição de junção de bordas com o intuito de adequação para produção de mapas específicos (elaborados pela SEI e INGA). Recentemente esta base sofreu edições de unificação de trechos e tratamentos topológicos para fins da Otocodificação (a ANA gerou a bacia do rio São Francisco em maio/2017, e o INEMA finalizou o Atlântico Leste em julho/2017). Além disso, esse núcleo vem acompanhando sistematicamente o desenvolvimento dos Planos de Bacias, no tocante à análise e revisão dos produtos cartográficos.	Utilizar o insumo da Otocodificação como instrumento estratégico para os demais sistemas voltados para gestão de recursos hídricos do estado, bem como orientar a aquisição de produtos cartográficos.	A Otocodificação como insumo para demandas estratégicas no que tange à gestão integrada e compartilhada dos recursos hídricos, dentre os quais citamos: a) redelimitação de RPGAs; b) definição das Unidades de Planejamento e Gestão dos Planos de Bacias; c) parâmetro para o cálculo de disponibilidade hídrica.	Adriano Mascarenhas e Fabiola Andrade (COTIC/DIRAF)	Dez/2017	Não estimado

METAS ESTADUAIS											
TIPOLOGIA C			OFICINA DE PLANEJAMENTO DATA: 29 e 30/08/2017			32 VARIÁVEIS SELECIONADAS			ANO 5: 2017		
METAS	ID	VARIÁVEIS	META	AUTO-AVALIAÇÃO 2016	DESAFIO?	SITUAÇÃO / PRINCIPAIS PROBLEMAS E DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	OBSERVAÇÕES	RESPONSÁVEIS	PRAZO	CUSTO ESTIMADO (R\$) / FONTE DE RECURSOS
	3.2	<u>Cadastrros de Usuários e Infraestrutura</u>	3	4	NAO	Inserção no CNARH40 das portarias de outorga publicadas diariamente no DOE. Desenvolvido o módulo CERH no ambiente SEIA - faltando ainda barragem e intervenção. Previsão para 2018 a integração entre CERH e CNARH. Baixo quantitativo e capacitação da equipe técnica. Dispõe de cadastro de barragens, mas não de todo o conjunto de infraestruturas correlatas. Previsto realizar 6.000 e 5.600 cadastros nas RPGAs Rio Paraguaçu, RNI e Verde e Jacaré - no CERH, respectivamente.	Continuar inserindo no CNARH40 as portarias publicadas diariamente no DOE. Concluir o módulo CERH e promover a devida integração com o CNARH. Aumento e capacitação da equipe técnica.		Rita Góes (INEMA) e DIPRO/SEMA	Contínuo	PDA
	3.3	<u>Monitoramento Hidrometeorológico</u>	4	4	NAO	A Rede de Monitoramento hidrometeorológico da Bahia é operada pela ANA/CPRM, com 373 estações (219PLU e 154FLU) e pelo INEMA com 253 estações (143PLU e 114FLU). O projeto de ampliação da rede, finalizado em 2015, prevê uma rede adequada para cobrir o Estado, com 626 novas estações (488PLU e 138FLU). Para ampliação da rede com cobertura adequada, há necessidade de disponibilidade de recursos financeiros para aquisição dos equipamentos e instalação. Atualmente, a cobertura da rede existente em operação pelo Inema e pela ANA/CPRM é de 50,16% da rede planejada. Há necessidade de ampliar e treinar a equipe que atua na operação da Rede e na análise e consistência dos dados. Há necessidade de aquisição de peças sobressalentes e de notebooks para os trabalhos de manutenção preventiva e corretiva. Dificuldade de alocar recursos financeiros para pagar a operação e manutenção da rede fluviométrica, executada por empresa terceirizada.	1. Articulação com a ANA para renovar o acordo de cooperação técnica: disponibilizar equipamentos para ampliação da Rede; treinar e capacitar equipe técnica; fornecimento de peças sobressalentes para as PCDs e fornecimento de mais 3 notebooks para manutenção preventiva e corretiva; 2. Acompanhar o processo de aquisição e instalação das PCDs pluviométricas (75) e hidrológicas (20) licitadas. 3. Dar seguimento ao processo de licitação para instalação, operação e manutenção da rede fluviométrica (TDR em tramitação); 4. Contratar serviços para a análise e consistência dos dados gerados de 2000 a 2017. 5. Necessidade de aumentar a equipe técnica em mais 6 técnicos.		Ailton, Adma e Rosane (COMON)		Sem estimativa
	3.4	<u>Monitoramento da Qualidade de Água</u>	4	4	NAO	1. São 552 pontos previstos na RNQA/Bahia sendo 60% coincidentes com a rede do Programa Monitora que já é executada desde 2008. O programa Monitora possui atualmente 417 pontos de monitoramento. O INEMA tem um contrato com a ANA, por meio do Programa Qualiáqua, para implantar 390 pontos até o ano de 2020 que corresponde a 70% da RNQA. 2. Existe um planejamento para atingir 80% dos pontos do PNQA até o final de 2020 (375 pontos em 2018; 409 em 2019 e 442 em 2020). A Comon entende que o alcance de 100% da RNQA até 2020 não é exequível devido ao número reduzido de técnicos e à distribuição dos pontos da RNQA, que não contempla fatores como logística e acesso. 3. O Estado da Bahia aderiu ao Programa Qualiáqua, em 2015, sendo o Inema a instituição executora. O programa foi desenvolvido pela ANA para estimular a implementação da RNQA nos Estados. As atividades já estão em execução e 255 pontos estão sendo monitorados. 4. A equipe técnica de execução é pequena, o que dificulta e atrasa a realização das ações. 5. A equipe de campo da instituição parceira (CEPED) tem dificuldade de cumprir o prazo devido a problemas logísticos. 6. Dificuldade do Inema de liberação de recursos para pagamentos dos serviços contratados.	Dar seguimento à execução dos programas Monitora e Qualiáqua. Ampliar os pontos da rede para atender o PNQA. Disponibilizar os recursos em tempo hábil. Ampliar em mais 5 técnicos e capacitar a equipe técnica.		Ailton e Bianca (COMON)	Contínuo	Tesouro-BA

BAHIA / INEMA

METAS ESTADUAIS											
TIPOLOGIA C			OFICINA DE PLANEJAMENTO		DATA: 29 e 30/08/2017	32 VARIÁVEIS SELECIONADAS			ANO 5: 2017		
METAS	ID	VARIÁVEIS	META	AUTO-AVALIAÇÃO 2016	DESAFIO?	SITUAÇÃO / PRINCIPAIS PROBLEMAS E DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	OBSERVAÇÕES	RESPONSÁVEIS	PRAZO	CUSTO ESTIMADO (R\$) / FONTE DE RECURSOS
	3.5	Sistema de Informações	3	3	NÃO	<p>O corpo técnico do INEMA atua na gestão de recursos hídricos através de sistemas computacionais disponibilizados pelo Instituto, conforme descrito a seguir:</p> <p>* MONITORA - Gestão dos dados de monitoramento qualitativo de recursos hídricos;</p> <p>* BDRH - Gestão dos dados de monitoramento quantitativo de recursos hídricos;</p> <p>* PROHIDROS - Sistema legado para controle do fluxo do processo de solicitação de outorga e Cadastro de Pessoas Perfuradoras de Poços;</p> <p>* SEIA:</p> <p>- Módulo de Regulação - responsável pela solicitação online de Outorga, controle do fluxo do processo e parecer técnico final;</p> <p>- Módulo Estadual de Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos: implantada na 1ª fase da primeira entrega da funcionalidade do CERH, contemplando os dados de captação superficial, captação subterrânea e lançamento de efluentes. A 2ª fase está sendo concluída e contemplará os dados de barragens e de intervenção;</p> <p>- O módulo de cobrança do uso da água está em desenvolvimento;</p> <p>- O módulo de monitoramento no SEIA está sendo finalizado em set/2017 em substituição aos antigos sistemas computacionais MONITORA e BDRH.</p> <p>* GEOBAHIA - Sistema de Informação Geográfica de suporte à gestão do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, responsável por integrar os dados e informações espaciais e alfanuméricos disponíveis.</p> <p>DIFICULDADE ENFRENTADA: o principal problema consiste na falta de integração entre os sistemas computacionais citados e aqueles ainda em desenvolvimento ou inexistente (ex.: Cobrança de Uso da Água e Disponibilidade Hídrica).</p>	<p>1. Finalizar o Módulo de Cadastro de Estadual de Usuários de Recursos Hídricos - CERH;</p> <p>2. Desenvolver o Módulo de Cobrança do Uso da Água;</p> <p>3. Finalizar o Módulo de Monitoramento no SEIA;</p> <p>4. Desenvolver o Módulo de Disponibilidade Hídrica.</p>	<p>Os projetos de desenvolvimento dos módulos no SEIA de Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos, Cálculo de Disponibilidade Hídrica e Cobrança do Uso da Água serão concluídos em 2017, porém como encontram-se em fase de definição de requisitos ainda não há uma data de conclusão definida.</p> <p>A primeira versão do módulo no SEIA de Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos foi implantado em 2017. O módulo de Cálculo de Disponibilidade Hídrica foi suspenso e o módulo de Cobrança do Uso da Água está em desenvolvimento.</p>	Ligia Avelar (COTIC/DIRAF), João Paulo e Guilherme Levita (DIPRO/SEMA)	<p>1. Set/2017</p> <p>2. Mar/2018</p> <p>3. Set/2017</p> <p>4. Prazo não estimado</p>	<p>1. R\$ 160.611,00</p> <p>2. R\$ 72.573,27</p> <p>3. R\$ 380.000,00</p> <p>4. Custo não estimado</p>
	3.6	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	3	3	NÃO	<p>O Estado da Bahia conta com um convênio entre a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia-FAPESB para desenvolver projetos de redes de pesquisa ambiental. O convênio firmado entre a Sema e a FAPESB apoia 17 projetos de pesquisa sendo que destes, 6 têm os recursos hídricos como tema principal da pesquisa. Este projetos tiveram início em 2014 quando receberam o valor referente à 1ª parcela e os resultados parciais das pesquisas apresentados até o momento foram satisfatórios. Não houve repasse da segunda parcela em 2017 e este projetos expiram em fev/2018, podendo ser prorrogados.</p>	<p>Efetivação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos para desenvolvimento de estudos específicos junto com as Universidades sobre questões hídricas</p>	<p>Esta ação envolve diretamente a SEMA.</p>	Luiz Antonio Ferraro e Cristiana Vieira (SEMA)	Dez/2018	Sema e Fapesb
	Total de variáveis avaliadas		6								
Variáveis Operacionais	4.1	Outorga de Direito de Uso	4	5	NÃO	<p>Existe o Núcleo de Outorga vinculado à Diretoria de Regulação que emite outorgas para captação superficial, lançamento de efluentes, captação subterrânea e intervenção em corpo hídrico. No entanto, este setor não está inserido no organograma do Inema. Há um passivo grande de processos de outorga para analisar e apesar de possuir um corpo técnico multidisciplinar, a quantidade de técnicos é insuficiente.</p>	<p>Oficializar o Núcleo de Outorga com a criação de uma Coordenação. Realizar concurso para o Inema para atuar no NOUT, sendo necessários 3 engenheiros (Agrônomo, Hídrico, Sanitaristas e Ambientais ou áreas afins), 2 Geólogos e 1 Hidrólogo. Outra alternativa é realizar a contratação de técnicos terceirizados para reduzir análise de processos existentes. Dar continuidade ao desenvolvimento do Módulo de Disponibilidade Hídrica/SDO no SEIA, articulando junto à equipe de TI da COTIC.</p>	<p>Necessário o envolvimento da SEMA e áreas decisórias que estão fora da abrangência e competência da gestão de recursos hídricos. Houve a contratação de técnicos terceirizados pelo período de um ano, porém ainda existe um passivo a ser analisado.</p>	Leonardo, Robélia e Gisele (NOUT/DIRRE)	Dez/2018	Sem estimativa
	4.2	Fiscalização	4	4	NÃO	<p>Ampliar a articulação entre as áreas envolvidas com a ação de fiscalização. Necessário aumentar o número de técnicos da DIFIM/COGED e capacitá-los na área de recursos hídricos. Definição das metas internas para um melhor planejamento e cumprimento com excelência daquilo que compete à DIFIM.</p>	<p>Definir procedimentos contendo a participação das áreas envolvidas (DIFIM, DIRRE - NOUT, COGED, DIRAG). Realizar concurso para reforçar o quadro técnico, tornando-o suficiente para atender as demandas em número de profissionais habilitados, bem como qualificados. Aperfeiçoar as ferramentas tecnológicas e estruturais/equipamentos para a execução das demandas.</p>		Lucia (DIFIM), Topazio (DIRAG), Leonardo (DIRRE), Luis Gustavo (DIRRE)	Contínuo	Sem estimativa

BAHIA / INEMA

METAS ESTADUAIS											
TIPOLOGIA C			OFICINA DE PLANEJAMENTO		DATA: 29 e 30/08/2017		32 VARIÁVEIS SELECIONADAS		ANO 5: 2017		
METAS	ID	VARIÁVEIS	META	AUTO-AVALIAÇÃO 2016	DESAFIO?	SITUAÇÃO / PRINCIPAIS PROBLEMAS E DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	OBSERVAÇÕES	RESPONSÁVEIS	PRAZO	CUSTO ESTIMADO (R\$) / FONTE DE RECURSOS
	4.3	Cobrança	3	3	NAO	O INEMA definiu 5 bacias prioritárias para implementação da cobrança, RNI, Paraguaçu, Grande e Corrente e Verde Jacaré, além do pedido do CBH Salitre para iniciar os estudos na bacia. Articulação com as áreas envolvidas. Esta sendo desenvolvido módulo de cobrança no sistema SEIA. Em andamento a realização do Cadastro de Usuários nas bacias RNI, Paraguaçu e Verde Jacaré com as informações necessárias à implantação da cobrança. Continuum em andamento as tratativas com os Comitês de Bacias do RNI e Paraguaçu para apresentação da Proposta de Cobrança a ser avaliada, modificada e/ou ratificada por esses comitês. Continuum em andamento as tratativas com o FERHBA. Existem gargalos: equipes técnicas reduzidas; recursos financeiros insuficientes; dados e informações não sistematizados e inconsistentes. Há também resistência dos usuários e necessidade de alinhamento conceitual com os Comitês de Bacias Hidrográficas.	Continuar desenvolvendo o módulo de cobrança no SEIA e articular com as distintas áreas envolvidas e fortalecer as equipes das áreas envolvidas. Definir o arcabouço legal e as tratativas com os CBHs e o CONERH. Concluir o desenvolvimento do Sistema de Cobrança. Apresentar a Proposta de Cobrança aos CBH do RNI e Paraguaçu. Iniciar a capacitação de técnicos do INEMA nos setores envolvidos com a cobrança. Contratar corpo técnico nas áreas envolvidas com a cobrança. Elaborar Termo de Referência para licitar entidade delegatária e firmar contrato de gestão.		Mônica (INEMA) e Elba (SEMA)	Jan/2018	Sem estimativa
	4.4	Sustentabilidade Financeira do Sistema de Gestão	3	4	NAO	Situação em 04/09/2017: Total da Despesa R\$ 39.341.174,82; Total da Receita arrecadada R\$ 10.762.893,00 representando 27% da despesa executada. Estes dados referem-se a toda a despesa finalística do órgão, não especificamente à gestão dos recursos hídricos. O sistema estadual de recursos hídricos dispõe de fontes próprias de arrecadação (ex.: cobrança pelo uso da água, cobrança por serviços de água bruta, multas, taxas, emolumentos, etc.), mas essa arrecadação representa menos de 20% dos recursos financeiros necessários para garantir a sua sustentabilidade financeira. Continua em vigência o Decreto Estadual que dispõe sobre o contingenciamento das ações de investimento no orçamento estadual.	Continuar desenvolvendo as ações no módulo de cobrança no SEIA. Articular com a DIFIM ações e programas de fiscalização de usuários de recursos hídricos. Desenvolver ações que possam se traduzir no aumento da arrecadação para a gestão dos recursos hídricos, a exemplo da cobrança pelo uso da água.		Enio (DIRAF) e Topázio (DIRAG)	Dez/2018	Sem estimativa
	4.5	Infraestrutura Hídrica	3	3	NAO	Permanece a sobreposição de ações de infraestrutura do Inema/SEMA com a SIHS e outros órgãos executores do Estado.	Necessidade ampliar a articulações entre a SIHS, SEMA e INEMA relacionadas com ações de infraestrutura hídrica.		Topázio e Bruno (INEMA), SIHS e SEMA.	Contínuo	Sem custo
	4.6	Gestão e controle de eventos críticos	3	3	NAO	1. A sala de situação foi instalada com recursos do ACT entre ANA e INEMA. Funciona com uma equipe formada por profissionais da área de hidrologia, meio ambiente, meteorologia e geoprocessamento. 2. O Manual da Sala de Situação foi elaborado e revisto em 2016. 3. São elaborados boletins hidrometeorológicos diários e semanais sobre os eventos hidrológicos, com os dados de estações telemétricas operadas pela ANA, INEMA, CEMADEN, INPE e INMET. 4. Na Bahia os principais eventos extremos estão relacionados em grande parte à seca. No Manual é detalhada a comunicação necessária aos tomadores de decisão. Em período de seca, o INEMA dispõe de ações de fiscalização voltadas à regularização dos usuários de recursos hídricos. 5. Para os eventos de enchentes, são elaborados alertas, com base nas informações das PCDs telemétricas, repassados à Defesa Civil e tomadores de decisão. 6. Está em desenvolvimento inicial a atividade de determinação das cotas de alertas das estações monitoradas. 7. Há necessidade de treinamento e capacitação da equipe nas metodologias de determinação das cotas de alertas. 8. O mapa de vulnerabilidade a inundações está desatualizado. 9. Rede de monitoramento dos açudes (SECA) fisicamente implantada, em fase de operacionalização. 10. Equipe técnica reduzida.	- Atualizar o mapa de Vulnerabilidade a Inundações; - Revisar a proposta de ampliação da Rede de Alerta; - Disponibilizar recursos para manutenção corretiva; - Melhorar a articulação interinstitucional, tanto na esfera estadual (Defesa Civil) quanto na Federal (CEMADEN, INPE); - Treinar e capacitar equipe para determinação das cotas de alerta; - Disponibilizar recursos e peças sobressalente para manutenção corretiva das PCDs da Rede de Alerta; - Necessidade de reforçar a equipe técnica (6 técnicos).		Ailton, Adma e Rosane (COMON)	Dez/2017	Sem estimativa
	4.7	Fundo Estadual de Recursos Hídricos	4	3	SIM	O FHERBA está devidamente instituído e se mantém com necessidade de aporte de recursos financeiros para seu pleno funcionamento.	Ações para implementação da cobrança: ações para definição dos recursos provenientes da compensação do setor elétrico para o caixa do FHERBA e revisão dos procedimentos do Fundo pelo CONERH.	O FHERBA está sob a guarda da SEMA, além de ter no seu conselho o CONERH, por isto é importante a participação destes entes para o efetivo funcionamento do Fundo.	Ivana e Fabiana (SEMA)	Jan/2018	

